

A Guerra é uma Força Moral: Como Conceber uma Estratégia Mais Viável para a Era da Informação

Tenente-Coronel (Reserva) Peter D. Fromm,
Tenente-Coronel Douglas A. Pryer e
Tenente-Coronel Kevin R. Cutright, Exército dos EUA

*Este artigo foi originalmente publicado na revista
Joint Forces Quarterly (Issue 64, 1st Quarter 2012).*

*Um pensamento é algo tão real quanto uma bala
de canhão.*

—Joseph Joubert

DESDE A SEGUNDA Guerra Mundial, os Estados Unidos da América (EUA) gastaram mais com a defesa nacional que qualquer outro país. Na realidade, eles hoje gastam quase tanto nesse setor quanto o resto do mundo somado¹. Contudo, isso não significa que o país tenha se saído bem nas guerras.

A Guerra do Vietnã, por exemplo, foi o primeiro grande prenúncio de mudança. Nesse conflito profundamente trágico, os EUA perderam seu senso de propósito *moral* e sua vontade de lutar, efetivamente abandonando um aliado a um inimigo brutal e resoluto, que ele era incapaz de derrotar.



CFN dos EUA, Colby Brown

Assessor político da equipe de apoio distrital do Departamento de Estado dos EUA conversa com ancião afegão em reunião informal do conselho comunitário.

O Tenente-Coronel Peter D. Fromm, da Reserva Remunerada do Exército dos EUA, é o atual supervisor de redação da edição em inglês da Military Review, no Forte Leavenworth, Estado do Kansas. É bacharel pela San Jose State University e mestre pela Indiana University, em Bloomington. Ao longo de sua carreira, serviu no 1º Batalhão (Ranger), 75º Regimento de Infantaria; na 82ª Divisão Aeroterrestre; na 1ª Divisão de Cavalaria; e na 2ª Divisão Blindada. Também lecionou Inglês e Ética na Academia Militar de West Point.

O Tenente-Coronel Douglas A. Pryer serve, atualmente, no Campo de Provas Eletrônico (Electronic Proving Ground), Forte Huachuca, Estado do Arizona. Serviu em várias funções de comando e estado-maior no território continental dos Estados

Unidos, no Iraque, no Afeganistão e no Reino Unido. É o autor de The Fight for the High Ground: the U.S. Army and Interrogation During Operation Iraqi Freedom, May 2003-2004 e vencedor de diversos prêmios em concursos de artigos militares.

O Tenente-Coronel Kevin R. Cutright cursa, atualmente, a Escola de Estudos Militares Avançados (SAMS) do Exército dos EUA, no Forte Leavenworth, Estado do Kansas. Concluiu o bacharelado pela Academia Militar de West Point e o mestrado pela Vanderbilt University. Serviu como artilheiro na 2ª Divisão de Infantaria, na Coreia; na 4ª Divisão de Infantaria, no Iraque; e como assessor na 82ª Divisão Aeroterrestre, no Iraque. Lecionou Inglês e Filosofia na Academia Militar de West Point.

Depois do Vietnã, houve Beirute, em 1983, e, mais tarde, Mogadíchio, em 1993 — incidentes curtos e sangrentos, seguidos de derrotas morais. As intervenções norte-americanas no Líbano e na Somália foram “derrotas morais” não porque as tropas estiveram envolvidas em crimes de guerra, mas porque comandantes tomaram decisões moralmente inconscientes em todos os escalões. No âmbito nacional de comando, debates e resoluções do Congresso não apoiaram essas iniciativas. No país em geral, parcelas consideráveis da população enxergaram as ações militares dos EUA como sendo flagrantemente partidárias, injustas e culturalmente ignorantes.

Para que uma estratégia funcione nos tempos atuais, é preciso que possua sólida legitimidade moral e política.

A Guerra do Golfo pareceu sinalizar um retorno ao hábito de vitória norte-americano. Contudo, essa vitória acabou soando falsa quando aquela guerra mostrou ser apenas a primeira campanha de um conflito muito mais longo, travado pelo país no Iraque até tempos recentes. No Afeganistão, apesar do enorme custo em vidas humanas e recursos financeiros para os EUA, seus inimigos talibãs, na verdade, vêm se fortalecendo nos últimos anos. Os piores reveses para os EUA na “Guerra Longa” contra o terrorismo não foram as derrotas no campo de batalha físico, e sim as revelações sobre “extradições extrajudiciais”, as interpretações capciosas de leis internacionais, os abusos de detentos em Abu Ghraib e outras instalações e os assassinatos em Haditha, Mahmudiya e outros locais.

Infelizmente, as decisões da liderança estratégica norte-americana criaram as condições para muitos desses fracassos morais. A chave para se compreender por que essas decisões levaram ao insucesso é perceber que há, na verdade, pouca diferença entre contar com um senso de propósito moral e possuir a vontade de lutar. Quando decisões levam um lado a perder o primeiro elemento,

ele também acaba, inevitavelmente, perdendo o segundo.

Para que uma estratégia funcione nos tempos atuais, é preciso que possua sólida legitimidade moral e política. Este artigo busca explorar formas de aprimorar a consciência moral e a compreensão psicológica da guerra como um aspecto da estratégia norte-americana. Propõe que a melhor forma de conquistar uma paz construtiva em qualquer futuro conflito é que as forças norte-americanas demonstrem coerência de ações justificáveis em todos os níveis.

A Guerra é uma Força Moral

Segundo Carl von Clausewitz, os “efeitos [na guerra] das forças físicas apoiam-se inteiramente nos efeitos das forças morais e não podem separar-se deles por um processo químico como uma liga metálica”². Neste artigo, o termo *moral* se refere às suas denotações tanto éticas quanto psicológicas, que a experiência e a linguagem conectam de maneira indissociável³. A razão para esses dois significados é que a ação percebida como *correta* e a coerência entre o discurso e a prática são a “argamassa” psicológica que une a comunidade — até mesmo a comunidade de Estados. As percepções compartilhadas sobre ações corretas unem os indivíduos aos grupos e os grupos às comunidades. A *aprovação* moral (ou psicológica) na base das comunidades estáveis é o resultado natural de se agir corretamente. Cabe reiterar: a aprovação leva à paz.

Há duas formas de se pensar sobre essa aprovação, conforme ela sustenta a legitimidade moral e política. Há a busca da ação correta, em conformidade com normas aceitas, que, incidentemente, resulta, em geral, em aprovação. Há, também, a busca prática de aprovação, que, incidentemente, resulta, em geral, em uma conduta correta. A retidão e a praticidade se fundem no pragmatismo filosófico, formando, juntas, uma gramática de aprovação para ações específicas. Em outras palavras, a aprovação é uma resposta à comunicação que advém das ações.

A aprovação pode significar pouco para o realista estratégico. Os realistas muitas vezes ligam a noção

de pragmatismo à ideia de que as preocupações éticas são secundárias ao que eles imaginam ser uma necessidade estratégica na busca da “vitória” ou dos interesses nacionais. Para o realista estratégico, a própria “vitória” imaginada às vezes se torna o objeto moral, em vez de representar o meio para um fim moral. Em casos assim, a busca de aprovação pode até parecer uma má ideia para o realista estratégico.

Ao fazer a conhecida declaração, em seu discurso de despedida em West Point, de que “não há substituto para a vitória”, o General Douglas MacArthur alimentou as fantasias daqueles realistas que imaginam uma “vitória decisiva” a qualquer custo. Contudo, a que custo moral pode uma vitória militar representar um êxito digno de ser assim chamado? Pode ser vitória se o custo for o valor moral do indivíduo? Ou se a honra da nação for destruída? Ou se a guerra resultar em uma perda bem maior de vidas e de dignidade humana que a que pudesse, concebivelmente, haver ocorrido sem ela? Em algum momento, a ética interfere na visão do realista.

As justificativas para as bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki ilustram a necessidade de oferecer respostas morais a questões operacionais. As bombas puseram fim à guerra no Pacífico antes de uma supostamente necessária invasão norte-americana, que teria levado a milhões de baixas adicionais, tanto civis quanto militares. Não importa o lado que se tome nesse debate: o fato de que houve uma justificação moral é o que importa. Todo o resto relativo à guerra se segue à percepção de necessidade moral de um determinado conflito e de qualquer determinada ação militar em um conflito. A análise posterior sempre enquadra a vitória como um empreendimento moralmente digno. Até para o realista, a aprovação precisa ser buscada — e extraída — da situação. A vitória *precisa* significar êxito moral, ética e psicologicamente. Isto é, a vitória diz respeito, fundamentalmente, a corações e mentes.

O que é mais importante: os estrategistas do gênero realista precisam encarar a crescente

realidade de que essa gramática conjugada de significado psicológico e ético está se tornando cada vez mais difícil de separar nos tempos modernos. Se as baixas em um conflito forem, em sua maioria, “colaterais”, em que sentido poderá uma força militar alegar que elas tenham sido acidentais e esperar que as pessoas acreditem nisso? Em uma época em que todos têm um celular com câmera e são capazes de registrar uma operação desproporcional, como poderá uma Força Armada fugir ao julgamento moral e a uma condenação estrategicamente contraproducente? As evidências precisam corroborar o fato de que uma ação militar tenha sido tomada para evitar danos a não combatentes, e não para infligi-los.

As ações que passam por esse teste obtêm a aprovação moral. Mais que ser popular ou obter sucesso em uma espécie de campanha de *marketing*, essa aprovação pressupõe certo grau de objetividade, que não seja apenas uma ética por “*crowdsourcing*”. O que chamamos de “aprovação moral” representa vários momentos de raciocínio sobre a mesma questão, mesmo que ele seja inexacto e varie em contextos diferentes. Pode haver limites éticos à aprovação moral, mas seu poder não pode ser ignorado.

Em uma época em que todos têm um celular com câmera e são capazes de registrar uma operação desproporcional, como poderá uma Força Armada fugir ao julgamento moral e a uma condenação estrategicamente contraproducente?

Breve Elucidação das Bases Teóricas

Ao ser publicado, em dezembro de 2006, o Manual de Campanha 3-24 — *Contrainsurgência*, (FM 3-24 — *Counterinsurgency*) trouxe ideias sobre eficácia moral na estratégia de volta ao primeiro plano da doutrina militar. A *legitimidade* é o conceito-chave dessa doutrina. A “vitória é alcançada”, declara o manual, “quando a população aceita a legitimidade do governo e para, ativa e

passivamente, de apoiar a insurgência”⁴. Com essa redação, o FM 3-24 reitera a primazia da dimensão moral da guerra, a qual teóricos orientais e ocidentais antigos e modernos evocaram repetidas vezes.

A obra *Da Guerra*, de Carl von Clausewitz, é o equivalente ocidental à disposição político-estratégica que os pensadores militares encontram na sabedoria que emana da China antiga — de pensadores como Sun Tzu, Lao Tsé, Confúcio e Mêncio. Ainda que talvez não se costume, a princípio, abordá-lo como tal, Clausewitz é um filósofo moral. Em *Da Guerra*, ele a descreve de uma maneira idealizada e amoral. A guerra envolve o uso de “máximo desenvolvimento de forças” pelos Estados, para a consecução de fins políticos, diz ele, sem enfatizar que o político é também o moral⁵. Contudo, Clausewitz entende que a moderação moral é necessária na guerra. O uso da violência, diz ele, é moderado quando mentes inteligentes “levam em consideração o elemento humano” e discernem um “meio mais efetivo de empregar a força”⁶. Condições sociais, limitações políticas e

outras fontes de “fricção” moral: todas servem para moderar a violência da guerra. É por meio dessas restrições práticas que as guerras reais (conforme devem ser realmente combatidas e concebidas estrategicamente) são vencidas.

Essa compreensão prática das qualidades político-morais da guerra adveio do profundo entendimento de Clausewitz quanto ao papel da natureza humana na guerra. A filosofia europeia serviu como um prisma, pelo qual ele compreendeu suas próprias experiências e as dos outros. Envolta em filosofia, com relutância talvez, sua musa era platônica (o conceito da psique humana — *páthos*, *logos* e *ethos* — no diálogo “Fedro”, de Platão, serve como a peça central de Clausewitz, a trindade “paradoxal” ou “maravilhosa”). Clausewitz ecoa o Sócrates de Platão, que também era um soldado, cuja experiência na Guerra do Peloponeso moldou sua abordagem em relação à política e à moral.

Como revolucionário, Mao Tsé-tung ecoou Clausewitz, propondo, diretamente, a legitimidade moral para se obter a legitimidade política,



Marinha dos EUA, Mark O'Donald

O Gen Stanley McChrystal concede entrevista à mídia afegã em uma ponte entre o Afeganistão e o Uzbequistão, Maio 2010.

utilizando tanto a experiência quanto a teoria: “as massas decerto nos seguirão. A política de massacre do Kuomintang só serve para fazer ‘o peixe fugir para as águas mais profundas’”⁷. A metáfora política de Mao ecoa, intencionalmente, as implicações morais encontradas em Mêncio, o pensador do século IV a.C.: “Se, entre os presentes dirigentes do reino, houvesse um que amasse a benevolência, todos os demais príncipes o ajudariam, levando o povo para ele. Embora não desejasse tornar-se soberano, ele não poderia evitá-lo”⁸.

É impossível exagerar o poder que cada integrante das Forças Armadas tem para reafirmar a legitimidade de sua presença ao dar um exemplo positivo.

Mêncio expressa a teoria moral e política que permeia tanto o pensamento taoista sobre a guerra (Sun Tzu e Lao Tsé) quanto suas próprias tradições confucionistas apoiando a hierarquia política da cultura chinesa. A filosofia militar oriental subsequente, incluindo analistas medievais japoneses, coreanos e chineses, ecoa tanto Sun Tzu quanto Mêncio. Por exemplo, “Tu Mu [comentando Sun Tzu]: O Tao é o caminho da humanidade e da justiça; as ‘leis’ são regulamentos e instituições. Aqueles que se distinguem na guerra primeiro cultivam sua própria humanidade e justiça e mantêm suas leis e instituições. Dessa forma, tornam seus governos invencíveis”⁹.

Os teóricos militares, no Oriente e no Ocidente, sempre se preocuparam com a estratégia moral e com a realidade de criar inimigos ao agir sem legitimidade moral e política. A diferença, hoje em dia, é que a legitimidade está mais propensa a basear-se em uma percepção moral comum: uma crescente solidariedade moral mundial. Na época atual, é mais provável que a narrativa de “vitória” se fundamente em um relato que corra o mundo à velocidade da luz. Essa narrativa dependerá de uma gramática de ações observadas, e não tanto de tentativas de inventar ou controlar o discurso.

O Poder do Exemplo Pessoal

Na gramática da ação, os seres humanos estão de acordo, em geral, quanto ao que seja o “correto”. A história de Mahmoud oferece um exemplo real.

Ao oferecer-se como intérprete para as forças da coalizão no Iraque, em 2006, Mahmoud preocupou-se com a possibilidade de estar agindo contra sua religião e país¹⁰. Nascido no Iraque, mas tendo se tornado cidadão da Jordânia em tempos recentes, pela segurança de sua família, ele sentiu a compulsão de sua cultura, de desdenhar todos os ocidentais. Apresentou-se a uma base militar dos EUA na Província de Anbar, acreditando que trabalhar junto aos norte-americanos ao menos lhe conferiria alguma influência sobre o tratamento de seus conterrâneos.

Suas dúvidas desapareceram depois que uma bomba destruiu uma ponte nos arredores, em Ramadi, ferindo muitos iraquianos. Todos os intérpretes da base receberam a ordem de se dirigir para o hospital do acampamento. Mahmoud e seus amigos observaram os norte-americanos tratarem dos feridos com empenho, urgência e verdadeira preocupação. Viu soldados imediatamente colocarem os equipamentos no chão e arregaçarem as mangas, ao ouvirem um enfermeiro solicitar doações de sangue. A partir desse incidente, percebeu que não teria de tentar persuadir os norte-americanos a ajudarem os iraquianos: as boas intenções deles estavam claras. Essa constatação representou um momento de revelação para Mahmoud, levando-o a tornar-se um aliado convicto dos EUA.

É impossível exagerar o poder que cada integrante das Forças Armadas tem para reafirmar a legitimidade de sua presença ao dar um exemplo positivo. Graças, em grande parte, à onipresença da tecnologia de comunicações, essa mesma dinâmica hoje se aplica tanto a guerras convencionais quanto a não convencionais. Um dos maiores desafios para as Forças Armadas dos EUA é assegurar que esses exemplos ocorram regularmente.

A Legitimidade e a Lei

Samuel Huntington descreveu o conhecimento especializado da profissão militar como sendo a “administração da violência”¹¹. Se a dimensão

moral é a mais importante da guerra, por onde, então, devem começar os profissionais militares que empregam a violência, ao considerarem a gramática da ação? O melhor ponto de partida é a concordância moral. Embora nem sempre esteja claro qual é a ação correta para uma dada situação nem exista total solidariedade em lugar algum quanto a algumas questões morais, há uma concordância geral quanto a padrões de certo e errado. Na guerra, ela está personificada na Tradição da Guerra Justa¹². Mostramos respeito a essa concordância toda vez que nos prestamos a acobertar algo. Como observa Michael Walzer na obra *Just and Unjust Wars* [publicada no Brasil com o título *Guerras Justas e Injustas — N. do T.*]: “A evidência mais clara da estabilidade de nossos valores ao longo do tempo é o caráter imutável das mentiras que soldados e estadistas contam. Eles mentem para se justificarem e, com isso, descrevem para nós os traços característicos da justiça. Onde quer que encontremos a hipocrisia, também encontraremos o conhecimento moral”¹³. As variações morais vivenciadas no relativismo cultural camuflam a solidariedade moral existente no mundo, personificada no Direito Internacional.

Por tratar da condução da guerra, a Tradição da Guerra Justa é expressa no “direito dos conflitos armados”, que é amplamente apoiado na atual doutrina do Exército, mesmo que ainda não o seja na instrução¹⁴. Além da real condução da guerra, a tradição também rege quando uma nação pode, de maneira justa, optar por ir à guerra. As condições incluem a causa justa, a proporcionalidade, a possibilidade razoável de sucesso, a declaração pública de guerra, a declaração por uma autoridade legítima, o último recurso e a intenção justa. Cabe ressaltar que elas provêm da razão e são universalmente evidentes em princípio, mesmo que controversas na aplicação. Por exemplo, o fato de que um instrumento político tão letal e destrutivo quanto a guerra só deva ser empregado como último recurso é óbvio, assim como é óbvia a ideia de que os governos que violem esse princípio se transformam em alvo de justiça retributiva por parte de outros Estados.

As guerras muitas vezes começam sem que essas condições sejam satisfeitas. Não obstante, é

preciso que as condições sejam preenchidas para que qualquer guerra permaneça sendo legítima no longo prazo, aos olhos de um mundo cada vez mais informado e conectado, com uma solidariedade cada vez maior em relação à opinião moral. Como é duvidoso que uma força de ocupação consiga gerar um resultado politicamente legítimo de uma guerra cuja condução seja considerada imoral, a atual doutrina do Exército ressalta, acertadamente, a importância de se aderir ao Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA).

Chama atenção o fato de as condições da guerra justa não constarem dessa mesma doutrina. Embora elas envolvam decisões políticas fora do controle das Forças Armadas dos EUA, tais decisões decerto não estão além da esfera de influência do alto-comando norte-americano, cuja função é conceber estratégias de sucesso. Ademais, considerar devidamente os efeitos deslegitimadores de uma guerra vista como injusta pelo público capacita os comandantes a entenderem, informarem e planejarem melhor para os limitados ganhos que suas forças podem realmente esperar obter. O que é ainda mais importante: quando acreditam em sua causa e têm fé nos princípios morais dos comandantes superiores e suas interpretações da lei, as tropas podem sentir-se inspiradas a combater melhor e a portar-se de maneira mais ética.

Se os métodos táticos, objetivos de campanha e fins estratégicos não forem moralmente coerentes, a estratégia nacional será prejudicada e deslegitimada.

Questões relativas à guerra justa não são, de modo algum, os únicos fatores moralmente relevantes de uma determinada guerra. Por exemplo, as políticas norte-americanas referentes ao serviço militar obrigatório aumentaram a percepção, dentro do país, de que a Guerra do Vietnã era ilegítima¹⁵. Contudo, a Tradição da Guerra Justa nos confere um entendimento abalizado das



Marinha dos EUA, J. Elliott

Partidário de Manuel Noriega agita bandeira panamenha diante de fuzileiros navais dos EUA, durante a Operação *Just Cause*.

ações que sempre geram a *reprovação moral* (a desaprovação psicológica de um povo em relação a um ato ou política).

Em sua análise clausewitziana do Vietnã, *On Strategy*, o Coronel Harry Summers defende *vender a ideia* de uma guerra à nação, para fortalecer a vontade nacional¹⁶. Contudo, na era moderna, dentro de uma democracia madura, com uma imprensa livre, as pessoas não podem ser manipuladas facilmente ou por muito tempo. Tentativas de buscar uma aprovação não conquistada com base em ações acabarão parecendo ineptas, mal concebidas ou obviamente manipuladoras. A verdade relevante virá à tona na gramática de ações, prevalecendo, em última instância, sobre o *marketing* da inverdade, por mais bonito que seja seu “embrulho”.

Um Arcabouço Moral para a Grande Estratégia dos EUA

Quando estrategistas militares operam em um vazio moral, os produtos de seus esforços muitas

vezes já chegam sem funcionar. A impotência de uma formulação amoral de estratégia advém do fato de que qualidades morais constituem a maior parte da fricção da guerra, fato esse que nunca foi tão válido quanto na atual era de disseminação instantânea de informações.

Uma estratégia militar que reconheça e leve em conta a fricção moral precisa ser desenvolvida com base em uma grande estratégia dotada de uma mensagem abrangente, que gere uma verdadeira aprovação moral. Para conceber uma estratégia psicologicamente aceitável para as Forças Armadas dos EUA, basta consultar a Constituição do país, como sugere John T. Kuehn:

Os objetivos para uma grande estratégia singularmente norte-americana não são, e nunca foram, objeto de um jogo de adivinhação. O Preâmbulo da Constituição dos EUA os enumera explicitamente: “estabelecer a justiça, assegurar a tranquilidade interna, prover a defesa comum, promover o bem-estar geral e garantir para nós e para

os nossos descendentes os benefícios da Liberdade”.¹⁷

Ao sugerir que o arcabouço inerentemente moral da Constituição dos EUA sirva de base para uma grande estratégia norte-americana, Kuehn também aponta para a essência do que deva ser tal estratégia. Os Pais Fundadores da nação norte-americana concederam poderes de guerra exclusivamente para o Congresso por uma razão: desejavam garantir que a nação só fosse à guerra quando os representantes eleitos pelo povo a julgassem suficientemente vital para votarem — e, portanto, responderem — por ela. Utilizando esses valores como ponto de partida para as intenções militares estratégicas, devemos nos empenhar em fazer com que nossas ações sejam compatíveis com eles. Se os métodos táticos, objetivos de campanha e fins estratégicos não forem moralmente coerentes, a estratégia nacional será prejudicada e deslegitimada.

Operações Baseadas em Efeitos

Como determinar objetivos de campanha e métodos táticos para alcançar fins estratégicos morais? Até recentemente, as operações baseadas em efeitos (*effects-based operations* — EBO) pareciam oferecer a resposta. As EBO surgiram como uma boa ideia: em vez de selecionarem alvos com base em sua importância como objetivos militares isolados, os pilotos da Força Aérea os visavam considerando o efeito que sua destruição teria no que os planejadores imaginavam ser um sistema “fechado”. Por exemplo, talvez fosse mais efetivo destruir uma plataforma de radar utilizada por várias armas de defesa antiaérea do que eliminar uma dessas armas. Uma análise quantitativa como essa impeliu a campanha de bombardeio “choque e pavor” da segunda Guerra do Golfo, conduzida para incapacitar o comando e controle das Forças Armadas do Iraque e destruir a vontade e capacidade de combater da liderança daquele país.

Embora as EBO tenham se mostrado úteis como um paradigma de planejamento para o ataque a sistemas de armas e de infraestrutura complexos, surgiram problemas quando seus partidários tentaram aplicá-las ao campo moral da guerra, o

qual é inerentemente aberto e não quantificável. Considerando o fato de que os seres humanos decidem agir, em última instância, com base não em causas externas, mas por razões presentes em seus campos mentais internos, o determinismo materialista das EBO se mostrou, de modo geral, impotente para ajudar os planejadores a levar devidamente em conta o comportamento humano. Ademais, essa impotência se tornou quase absoluta quando estes consideraram grupos sociais, com seu complexo conjunto de hierarquias, relacionamentos e costumes, e as contingências geradas por esses fatores.

A falta de uma consciência moral focalizada talvez seja a principal razão pela qual as EBO caíram em desfavor¹⁸. Logo depois que o General David Petraeus e os *insights* morais do Manual de Campanha 3-24 corrigiram as falhas da estratégia norte-americana no Iraque, o General James Mattis, então Comandante do Comando das Forças Conjuntas dos EUA, reduziu bastante o alcance do pensamento baseado em efeitos. Assim, Petraeus e Mattis prepararam o terreno para uma abordagem em relação à guerra que fosse mais adaptável, criativa e centrada no ser humano.

A Chegada do Design

O estudo de métodos de *design* nos EUA remonta à Segunda Guerra Mundial e ao uso de abordagens novas e sistemáticas para encontrar soluções para os urgentes problemas tecnológicos da guerra. No final dos anos 50, na esteira do lançamento do satélite *Sputnik* pela União Soviética, o interesse nesses métodos continuou a crescer, em meio à percepção de que os cientistas e engenheiros norte-americanos careciam de criatividade. Ao chegarem os anos 80, o campo havia se desenvolvido e tornado uma disciplina acadêmica coesa, e o grande número de publicações e congressos profissionais internacionais sobre o tema, atualmente, indica que a pesquisa sobre *design* está em franca expansão.

As metodologias de *design* hoje englobam o *design* arquitetônico, de engenharia, de artes, de moda, social e de programas (entre outros). Seus conceitos, linguagem e técnicas variam bastante.

O que todas têm em comum, porém, é a tentativa de criar algo novo: um processo que é, ele próprio, reconsiderado e reajustado constantemente, com o intuito de buscar a abordagem mais efetiva. Todo *designer* se empenha em concretizar as potencialidades do momento, enquanto trabalha dentro da “arte do possível” rumo ao melhor resultado. O objetivo é realizar ideias alcançáveis, não sonhos impossíveis.

Herbert Simon, um dos pioneiros da teoria de *design*, propôs a seguinte definição: “mudar as situações existentes para situações preferíveis”¹⁹. Morris Asimow, outro pioneiro, afirmou que o *design* é a “tomada de decisões, diante da incerteza, com grandes penalidades para o erro”²⁰. A cooperação é essencial nas metodologias de *design* porque as ideias e experiências de muitos, quando devidamente combinadas, geralmente produzem melhores resultados.

O design busca transformar técnicos em líderes, que saibam avaliar seus ambientes, incluindo o terreno moral.

Israel foi o primeiro país a introduzir elementos da teoria de *design* na doutrina militar. Em 1995, o General Shimon Naveh fundou o Instituto de Pesquisa sobre Teoria Operacional das Forças militares de Israel. O instituto desenvolveu um método chamado de *Design Operacional Sistêmico* (SOD, na sigla em inglês), com a finalidade de conceber campanhas nos níveis estratégico e operacional da guerra. Embora o SOD tenha se tornado influente, as Forças Armadas israelenses nunca o aceitaram totalmente como doutrina. Em vez disso, em abril de 2006, as Forças de Defesa de Israel optaram pela metodologia de EBO como doutrina, ao mesmo tempo incorporando nela a terminologia de SOD.

A tentativa de combinar o pensamento de EBO com a mal compreendida terminologia de SOD provou ser um desastre. Durante a guerra de Israel contra o Hezbollah no Líbano, em 2006, as Forças israelenses conduziram uma campanha moralmente falha, na qual os comandantes e

estados-maiores tiveram dificuldade em entender os objetivos designados²¹. “O cerne do SOD talvez tenha seu mérito”, afirmou um historiador daquela guerra, “mas será inútil caso não possa ser compreendido pelos oficiais que estejam tentando executar ordens de operação”²².

Os autores de doutrina do Exército dos EUA levaram a sério as dolorosas lições de Israel, não só priorizando o *design* em vez das EBO, como também buscando fazer com que sua terminologia fosse clara, simples e, sempre que possível, ligada a termos operacionais tradicionais. A princípio, como havia ocorrido em Israel, o *design* foi associado com a “arte operacional” e com o desenvolvimento de objetivos de campanha no âmbito do teatro de operações. Então, em março de 2010, o Exército publicou o Manual de Campanha 5-0 — *O Processo de Operações* (FM 5-0, *The Operations Process*). Esse manual reconhece que, em campos de batalha descentralizados e complexos, todos os escalões podem se beneficiar de uma metodologia de *design* que seja “iterativa, cooperativa e focalizada”²³. A nova metodologia incentiva os comandantes e estados-maiores a buscar uma compreensão profunda do ambiente operacional, de modo que os melhores objetivos viáveis sejam escolhidos. Para alcançar esses objetivos, a metodologia articula uma abordagem operacional ampla, que consiste de linhas de esforço inter-relacionadas (como restauração da boa governança e dos serviços essenciais). Os comandantes e estados-maiores reavaliam suas premissas básicas regularmente, muitas vezes com a ajuda de uma “equipe vermelha” no papel de “advogado do diabo”²⁴.

Atualmente, o Exército dos EUA está pronto para utilizar a teoria de *design* para obter melhores resultados em suas ações, algo que a indústria mundial vem fazendo há décadas. Não há outro contexto em que resultados melhores sejam tão necessários quanto na guerra.

Meios Morais para Fins Morais

A crítica um tanto constrangida do historiador Tácito, do século I, quanto à atuação dos

romanos nas ilhas britânicas (“criam um deserto e chamam-no de paz”) pode ser o comentário mais sucinto e comovente da história sobre o único tipo de paz possível quando uma força militar puramente violenta — uma força sem legitimidade — é empregada²⁵. Ainda que guerras de extermínio possam ter sido aceitáveis para cidadãos mal-informados de um império implacável e xenofóbico, elas decerto não o são para os cidadãos de democracias modernas, providas de acesso à informação. Considere os distúrbios civis e o colapso de três governos franceses durante a longa e brutal guerra da França na Argélia nos anos 50 e 60. Ou analise a crise provocada nos EUA por reportagens sobre bombardeios de saturação, desfolhamento da selva e incidentes como My Lai, durante a Guerra do Vietnã.

O Coronel Douglas Macgregor observou que “os políticos [norte-americanos] frequentemente substituem a estratégia por uma fascinação com ações diretas na forma de ataques aéreos ou de eliminações em operações especiais”²⁶. Essa fascinação demonstra uma falta de familiaridade com a natureza moral da estratégia. Nessa mesma linha, Robert Kaplan comenta: “Sun Tzu observa que a melhor forma de evitar a guerra — o resultado violento do fracasso político — é pensar estrategicamente. A busca estratégica do interesse próprio não é uma pseudociência fria e amoral, e sim o ato moral daqueles que sabem os horrores do combate e buscam evitá-los”²⁷. Quando Kaplan menciona uma “pseudociência fria e amoral”, é difícil não pensar em EBO²⁸.

Para formular estratégias efetivas e obter resultados favoráveis, precisamos escolher nossas guerras cuidadosamente e, uma vez nelas envolvidos, conduzi-las de forma moralmente consciente. O *design* militar nos ajuda a conduzir a guerra dessa forma, ao tratar de seus agentes cognitivos como sendo centrais à adaptação operacional. A postura por ele assim gerada é inerentemente sintonizada moralmente e sensível a valores culturais. O *design* promove nossa compreensão das condições apropriadas para avaliar, agir, reavaliar e levar em conta a fricção moral do ambiente operacional.

Parafraseando Timothy Challans, o *design*

abre a mente do indivíduo, de modo que ele possa reconhecer a forma pela qual as pessoas agem em um sistema aberto no mundo real, aproximando-nos, assim, de uma compreensão holística da guerra, ao nos fazer considerar os seres humanos como algo que não objetos²⁹. Afasta os planejadores de categorias pré-formatadas. Cabe a eles determinar até que ponto isso acontece, mas o *design* afasta o estado-maior de métodos reducionistas como o processo decisório militar formal, ao enquadrar uma situação. O *design* busca fazer com que generais e oficiais superiores parem de conduzir exercícios sofisticados em um vazio e comecem a repensar, quando os reflexos militares de seus cérebros deixarem de ser adequados. Os que afirmam que o *design* é apenas um processo diferente não entenderam seus objetivos. Ele busca transformar técnicos em líderes, que saibam avaliar seus ambientes, incluindo o terreno moral.

Em seu artigo “Tipping Sacred Cows: Moral Potential Through Operational Art”, Challans apresenta um forte argumento de que o *design* pode levar a melhores resultados morais na guerra³⁰. Ele afirma que o *design* é “filosoficamente interpretativo — sem fingir ser científico — [e] continua a ser compatível com a prática e com a compreensão científica moderna porque se recusa a prosseguir sem levar em conta as evidências. [Ele] comporta uma postura moral”³¹. Portanto, o *design* tem o potencial para fazer a máquina da guerra retornar à sabedoria da assertiva de Ardant du Picq: “o coração humano... é, assim, o ponto de partida em todas as questões referentes à guerra”³². Esse retorno à sabedoria ajudará a dar um término estável aos conflitos dos EUA no exterior. Ou seja, se um conflito for justo e todos os escalões de comando demonstrarem consciência e simetria morais (que o *design* possibilita ao incentivar uma compreensão maior do ambiente), a conquista de uma paz duradoura e favorável se transformará na “arte do possível”.

O que é fundamental: uma abordagem consistentemente moral em uma guerra pode evitar que até o mais violento dos erros (incluindo os designados como atrocidades pela opinião pública mundial) se transforme em uma grande

derrota. Embora uma sólida instrução e um alto grau de profissionalismo possam limitar esses erros (e talvez até prevenir atrocidades na escala de Abu Ghraib), o horror é inevitável na guerra. Entretanto, incidentes trágicos podem ser plausivelmente chamados de *erros* quando há uma estratégia moral dominante, que inclui táticas persistentemente morais. Uma sólida postura moral em todos os escalões de comando, do nível nacional ao tático, pode superar a comoção internacional gerada por atos abomináveis isolados, cometidos por indivíduos e frações.

Considerando a importância prioritária da dimensão moral da guerra, os principais indicadores do progresso de um conflito são os indicadores morais. Indicadores físicos, como a taxa de ataques inimigos e o volume de sua propaganda, não são tão relevantes para o êxito. Ademais, para serem verdadeiramente significativos, os indicadores morais precisam ir além de medidas quantitativas, como comparecimento a eleições, e responder a perguntas qualitativas: a população confia no governo local? Confia nas forças da coalizão? Há mais justiça do que antes? Responder a essas perguntas requer o estudo profundo e a familiaridade com o ambiente operacional, promovidos pelo *design*.

...se prestarmos mais atenção a considerações morais que nossos inimigos, podemos ter a certeza de que uma dada estratégia terá a melhor chance de obter uma paz duradoura e viável...

O Fim do Começo?

Durante a Segunda Guerra do Peloponeso, o grande comandante tebano Epaminondas encontrou a morte na Batalha de Mantinea, em 362 a.C., em uma impressionante vitória militar que pôs fim ao domínio oligárquico espartano. Epaminondas desejava esmagar permanentemente os esforços de Lacedemônio de escravizar seus hilotas rebeldes e dominar política e economicamente a

Grécia. Tebas se saiu vitoriosa contra Esparta. Quase dois mil anos depois, Michel de Montaigne classificou Epaminondas de “o mais excelente de todos” os grandes comandantes da Antiguidade³³. Segundo Victor Davis Hanson, a admiração de Montaigne se devia à natureza moral das ações de Epaminondas na guerra, para obter um resultado politicamente justo³⁴. Epaminondas não buscou a glória de Alexandre, mas a paz que Hanson chama de “um dos marcos morais na memória coletiva dos [gregos]”³⁵. Essa admiração por Epaminondas destaca a “humanidade [do general], até em relação aos seus inimigos”, que, aliada à sua excelência operacional, tornou-o indispensável: “Como uma sombra, a vitória o acompanhava onde quer que fosse” e “ele não considerava lícito matar um homem sem saber de uma causa, ainda que fosse para restaurar a liberdade de seu país”³⁶.

O exemplo de Epaminondas evoca a dinâmica moral universal que Mahmoud testemunhou no hospital de campanha norte-americano perto de Ramadi. Como na Antiguidade e na Era do Iluminismo, de Montaigne, a legitimidade representa, atualmente, o núcleo psicológico de uma paz duradoura. Para que uma democracia moderna obtenha resultados legítimos de uma guerra, é preciso que o conflito siga uma trajetória que seja percebida como moral. Reconhecendo essa realidade como algo pragmático e não idealista, nossos estrategistas militares precisam adotá-la.

Apesar de suas deficiências, o manual de contrainsurgência do Exército dos EUA representa precisamente essa adoção, rejeitando uma era em que a liderança imaginava que as qualidades morais da guerra pudessem ser banalizadas. Entretanto, essa salutar doutrina deve marcar (parafrazeando Winston Churchill) apenas “o fim do começo” da luta interna das Forças militares dos EUA com uma visão moralmente míope da guerra³⁷.

Atualmente, devemos tomar medidas mais fortes para garantir que nossos comandantes e militares possuam a formação profissional, o adestramento e os modelos de vida de que precisam para que

se tornem exemplos morais no campo de batalha. Precisamos definir melhor como alcançar e avaliar a “legitimidade”, incluindo a plena incorporação de uma tradição que é consagrada internacionalmente e data de séculos: a de guerras verdadeiramente *justas* (e não guerras com uma narrativa manipulada). Precisamos fortalecer a grande estratégia militar dos EUA com os valores nacionais expressos em sua Constituição. Precisamos entender que o emprego do poder coercitivo (*hard power*) militar para buscar um objetivo político como questão de política nacional já não é mais viável, a menos que tal meta também possua legitimidade moral, no âmbito nacional e entre os aliados da coalizão. Finalmente, é preciso entender que, para que uma paz duradoura e desejável advenha de qualquer guerra, os meios e fins selecionados

devem possuir simetria moral — uma simetria que a metodologia de *design* pode nos ajudar a obter.

Com grande frequência, os profissionais militares norte-americanos enxergam as considerações morais como sendo um óbice externo à condução da guerra ou compreendem mal o verdadeiro objeto moral. Contudo, é justamente para esse campo que os militares profissionais devem olhar, a fim de obter qualquer “vitória” significativa de uma guerra. Em palavras simples, se prestarmos mais atenção a considerações morais que nossos inimigos, podemos ter a certeza de que uma dada estratégia terá a melhor chance de obter uma paz duradoura e viável de um conflito. A alternativa — o rotineiro e sangrento sacrifício dessa paz no altar da fricção moral — é inaceitável. **MR**

REFERÊNCIAS

1. BACEVICH, Andrew. *Washington Rules: America's Path to Permanent Wars* (New York: Henry Holt and Company, LLC, 2010), p. 25.
2. CLAUSEWITZ, Carl von, *On War*, trans. J.J. Graham (Ware, UK: Wordsworth Editions Ltd., 1997), p. 151. [Na tradução deste artigo, utilizou-se CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. Tradução de Maria Teresa Ramos (São Paulo: Martins Fontes, 1996) — N. do T.]
3. Neste artigo, o termo *moral* refere-se sempre à aprovação ou desaprovção psicológica dada a um ato com base na percepção de que ele seja certo ou errado.
4. Field Manual 3-24, *Counterinsurgency* (Washington, DC: Government Printing Office, October 2006), 1-3.
5. CLAUSEWITZ, p. 8.
6. *Ibid.*, p. 20, p. 7. Neste artigo, o termo *fricção* é empregado no sentido da trindade “paradoxal” ou “maravilhosa”, em que forças da paixão, razão, acaso e criatividade moldam a guerra de sua abstração para a experiência real.
7. Citação de Mao Tsé-tung em SOLOMON, Richard H. *Mao's Revolution and the Chinese Political Culture* (Berkeley: University of California Press, 1971), p. 220. O fato de Mao ter, mais tarde, violado sua própria filosofia prática depois de alcançar seus objetivos não dilui a lógica do argumento.
8. Citação de Mêncio em “A Single Spark Can Start a Prairie Fire”, *Selected Works of Mao Tsetung* (Peking: Foreign Languages Press, 1967), disponível em: <<http://www.marx2mao.com/Mao/SS30.html>>. Mao faz referência a Mêncio (*Mencius*, Book 4, Part 1, chapter 9).
9. TZU, Sun. *The Art of War*, Samuel B. Griffith, ed. (Oxford: Oxford University Press, 1971), p. 88.
10. Mahmoud atuou como intérprete durante a missão do coautor Major Kevin Cutright no Iraque, 2009–2010. O caso relatado ocorreu em 2007.
11. HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations* (Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard Univ. Press, 1957), p. 11.
12. Muitos confundem o relativismo cultural com o relativismo moral sem grande reflexão e, assim, desconsideram a possibilidade de solidariedade moral. A Tradição da Guerra Justa é e sempre foi universal. Evoluiu como parte da condição humana e é tão válida hoje quanto há milhares de anos. Os primeiros pensadores cristãos que a expressaram por escrito como teoria da guerra justa no Ocidente (antes e durante a Idade das Trevas) desenvolveram o tema com base em milênios de tradição, que as obras dos gregos e romanos clássicos lhes haviam transmitido em uma forma já amadurecida. Tanto a China quanto a Índia já empregavam a Tradição da Guerra Justa muito antes de o Ocidente expressá-la por escrito, e podemos recorrer a essas sociedades para extrair o “dever-ser” dos comentários sobre violações da tradição no que “é” ou “foi”. Os conquistadores islâmicos também fizeram constante referência ao “dever-ser” ao fornecer um pretexto para a guerra situado fora da perspectiva do mero evangelizador.
13. WALZER, Michael. *Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations* (New York: Perseus Books, 1977), p. 19. [Na tradução deste artigo, utilizou-se WALZER, Michael. *Guerras justas e injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos*. Tradução de Waldéa Barcellos (São Paulo: Martins Fontes: 2003) — N. do T.]
14. PRYER, Douglas A. “Controlling the Beast Within: The Key to Success on 21st Century Battlefields”, *Military Review*, January-February 2011: p. 2-12, p. 8-9. [Publicado na edição brasileira com o título “Como Controlar a Fera Interior: A Chave do Sucesso nos Campos de Batalha do Século XXI” (Maio-Junho de 2011) — N. do T.]
15. ISAACS, Arnold R. *Vietnam Shadows: The War, Its Ghosts, and Its Legacy* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997), p. 35–47. *Vietnam Shadows* é um estudo poético e filosoficamente expresso da dimensão moral da Guerra do Vietnã, haja vista que as batalhas morais dessa guerra assolam os EUA desde os anos 60 até os dias de hoje. Isaacs passou os três últimos anos da guerra no Vietnã como correspondente de imprensa.
16. SUMMERS, Harry G. *On Strategy* (New York: Dell Publishing, 1984), p. 46, p. 50–52.
17. KUEHN, John T. “Talking Grand Strategy,” *Military Review* (September–October 2010), p. 76. [Tradução extraída de <http://www.direitoshumanos.usp.br/index>.

php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/constitucao-dos-estados-unidos-da-america-1787.html — N. do T.]

18. Embora elas não sejam normalmente associadas com as operações baseadas em efeitos, o interesse das Forças Armadas dos EUA nas chamadas técnicas avançadas de interrogatório envolveu a mesma mentalidade behaviorista, determinista e baseada em efeitos.

19. VERMAAS, Pieter E. et al., eds., *Philosophy and Design: From Engineering to Architecture* (Dordrecht: Springer Press, 2007), p. 1.

20. JONES, John Chris. *Design Method* (New York: John Wiley & Sons, Inc., 1992), p. 3.

21. “Moralmente falha” se refere, aqui, à condenação internacional e nacional que as táticas militares israelenses atraíram, incluindo seus ataques à infraestrutura civil (como bancos e escolas) e seu emprego de munições de fósforo branco e *cluster*.

22. MATTHEWS, Matt M. *We Were Caught Unprepared: The 2006 Hezbollah-Israeli War* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2008), p. 64.

23. DEPARTMENT OF THE ARMY, Field Manual 5-0, *The Operations Process* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2010), 7-9.

24. Em um estado-maior, uma “equipe vermelha” efetivamente serve como defensora do processo de *design*. A equipe força o estado-maior a considerar as premissas que formam a base de uma abordagem operacional e garante que esteja ocorrendo o diálogo entre as seções de planejamento (isto é, que haja um suficiente esforço de cooperação por parte do estado-maior).

25. Publius Cornelius Tacitus, *Agricola* (“De Vita Agricolae”), trans. Alfred John Church and William Jackson Brodribb, disponível em:

<www.fordham.edu/halsall/ancient/tacitus-agricola.html>.

26. MACGREGOR, Douglas. “It’s Time for Us to Leave Afghanistan,” *Defense News*, 25 May 2009.

27. KAPLAN, Robert D. *Warrior Politics: Why Leadership Demands a Pagan Ethos* (New York: Vintage Books, 2002), p. 42.

28. Kaplan redigiu essa frase visionária em 2001 ou 2002, muito antes de se começar a pensar sobre a contrainsurgência no Iraque.

29. CHALLANS, Timothy. “Tipping Sacred Cows: Moral Potential through Operational Art”, *Military Review* (Sept-Oct 2009): p. 28. [Publicado na edição brasileira com o título “Desmistificação das ‘Vacas Sagradas’: Potencial Moral Por Meio da Arte Operacional” (Julho-Agosto de 2009) — N. do T.]

30. *Ibid.*, p. 19-28.

31. *Ibid.*, p. 27.

32. DU PICQ, Ardant. “Battle Studies,” *Roots of Strategy*, Book 2 (Harrisburg, PA: Stackpole Books, 1987), p. 65.

33. MONTAIGNE, Michel de. Chapter XXXVI, “Of the Most Excellent Men”, *The Works of Michel de Montaigne*, ed. W. Hazlitt (Philadelphia: J.W. Moore, 1856), p. 375.

34. HANSON, Victor Davis. “Epaminondas and the Theban Doctrine of Preemptive War”, In *Makers of Ancient Strategy*, ed. Victor Davis Hanson (Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2010), p. 93-94.

35. *Ibid.*, p. 107.

36. MONTAIGNE, p. 376.

37. O discurso de Churchill em celebração à vitória britânica em El Alamein incluiu o famoso trecho: “Este não é o fim. Não é nem o começo do fim. Mas talvez seja o fim do começo”.